

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES DA BESC S.A.  
ARRENDAMENTO MERCANTIL.**

Pelo presente instrumento particular, como **EMISSORA, BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, C.G.C./M.F. nº 000.510.570/0001-21, Sociedade Arrendadora com sede na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, à Rua Wanderley Júnior esquina com Rua Vítor Meirelles, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 4.23000.2284.5 em 13 de março de 1995, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e, como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nomeado pela Diretoria da **EMISSORA**, e Interveniante nesta Escritura, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente, **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, C.G.C./M.F. nº 36.113.876/0001-91, Sociedade Distribuidora com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 1.155 / grupo 1.301, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, celebram a presente **ESCRITURA DE EMISSÃO** mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

**I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, realizada no dia 1º (primeiro) de agosto de 1995.

**II - REQUISITOS**

A Emissão de debêntures será feita com a observância dos seguintes requisitos:

**1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das demais disposições regulamentares pertinentes.



## **2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA**

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, em que deliberada a Emissão das debêntures, será registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC.

## **3. REGISTRO DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO**

A presente Escritura será registrada perante o anexo Registro de Imóveis do Cartório do Registro de Imóveis de São José, Cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

### **III - DA EMISSÃO**

A Emissão observará as seguintes condições e características:

#### **1. DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO**

O lançamento será público, mediante intermediação de Instituições Financeiras, adotando-se o Procedimento Diferenciado de Distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

#### **2. SÉRIES**

A Emissão será efetuada em série única.

#### **3. FORMA E MODALIDADE**

As debêntures serão da forma escritural não endossável e da modalidade não conversível em ações.

#### **4. ESPÉCIE**

As debêntures serão da espécie subordinada, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da **EMISSORA**.



## 5. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da Emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão, representado por 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures de valor nominal unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), referenciado na mesma data.

## 6. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das debêntures é 1º (primeiro) de agosto de 1995.

## 7. BASE DE REMUNERAÇÃO

A base de remuneração das debêntures da presente emissão será a variação acumulada da Taxa Referencial (TR), data-base dia 01, divulgada pelo Banco Central do Brasil, que agregar-se-á ao valor nominal unitário definido no Item 5 desta Cláusula, a partir da data da emissão, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura.

a) A apuração do montante dos eventos que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, que não ocorram no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, será efetuada **pro rata temporis** por dias úteis, com utilização da TR do mês do evento.

b) Na hipótese da extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares esta não mais puder ser utilizada como base de remuneração nas emissões de debêntures, ou ainda, caso a última estimativa de taxa real de juros da Economia ("redutor"), utilizada para o cálculo da TR, seja superior a 1,5 % ao mês, a EMISSORA se obriga a adotar, em sua substituição o Fator de Juros calculado com base na TAXA ANBID referente ao primeiro dia útil do mês, diminuída (descapitalizada): i) do último "redutor" utilizado no cálculo da TR, no caso de extinção ou impedimento de utilização ou; ii) de um redutor substituto de 1,2 % ao mês, no caso de substituição da TR em virtude do "redutor" oficial ter superado 1,5 % ao mês. O Fator de Juros aqui referido não poderá ser inferior a 0 % e será obtido através da seguinte fórmula:

$$FJ = \left\{ \frac{\left[ \left( \frac{ANBID}{100} + 1 \right) \frac{n}{360} \right]^{\frac{dup}{dut}}}{(1 + R)} - 1 \right\} \times 100$$



onde:

- FJ = Fator de Juros, que não será inferior a 0 %.
- ANBID = Taxa ANBID referente ao 1º dia útil do mês.
- n = Prazo da taxa ANBID.
- dup = Quantidade de dias úteis ("saques") entre o 1º dia útil do mês e o 1º dia útil do mês seguinte.
- dut = Quantidade de dias úteis ("saques") entre o 1º dia útil do mês e o dia do vencimento da taxa ANBID.
- R = i) último "redutor" utilizado para cálculo da TR na data de sua extinção ou impedimento de utilização, expresso na forma decimal ou;  
ii) 0,012 (1,2%) no caso de substituição da TR em virtude do "redutor" oficial ter superado 1.5% ao mês

7.1. Entende-se como TAXA ANBID as taxas divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré-fixados.

7.2. No caso de obrigações que se devam liquidar em datas que não coincidam com o 1º (primeiro) dia útil do mês, deverá ser utilizada a Taxa ANBID no 1º (primeiro) dia útil do mês, pro-rateada por dias úteis desde o 1º (primeiro) dia útil do mês até o dia da obrigação.

## 8. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures.

## 9. VALOR NOMINAL

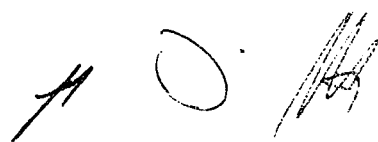
O valor nominal unitário das debêntures desta série será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na data de emissão.

## 10. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão prazo de 26 (vinte e seis) meses, a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 1997.

## 11. JUROS REMUNERATÓRIOS

Às debêntures serão conferidos juros fixos à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, incidentes a partir da data da emissão, pagáveis mensalmente nas mesmas datas de amortização do principal, previstas no Item 13 desta Cláusula.



## 12. PRÊMIO

A Emissora pagará às debêntures um prêmio de 9% (nove por cento) ao ano incidente a partir da data da emissão, a ser pago em conjunto com os juros remuneratórios previstos no item anterior, devido mensalmente nas datas das amortizações do principal, previstas no Item 13 desta Cláusula. Fica entendido que o prêmio não incidirá sobre os juros remuneratórios.

## 13. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

A Emissora se obriga a efetuar amortização de cada uma das debêntures da série, observado o seguinte:

- a) A primeira amortização será feita em 01 de novembro de 1995;
- b) as demais amortizações deverão ocorrer sempre no 1º (primeiro) dia de cada mês calendário subsequente ao da primeira amortização;
- c) as amortizações previstas neste item, bem como os Juros Remuneratórios e Prêmio, definidos nos itens 11 e 12 desta Cláusula, serão efetuadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_n = Ve \times Amn \times (1 + i)^c \times \frac{i}{1 - (1 + i)^{-24}}$$

$$A_n = \frac{P_n}{(1 + i)^{25 - n}}$$

$$J_n = P_n - A_n$$

Onde:

$P_n$  = Valor do pagamento mensal, incluindo a amortização da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio;

$Ve$  = Valor nominal unitário na data de emissão;

$Amn$  = Fator de Variação da TR referente ao mês de ordem "n", calculada pela variação acumulada da TR da data de emissão até o vencimento da amortização;

$i$  = Taxa mensal de remuneração do papel, incluindo juros e prêmio, desde já definida como 0,01601187 ao mês, correspondendo a 21% ao ano;

$c$  = números de meses decorridos entre a emissão e a primeira amortização, sendo igual a 2;

$An$  = Valor da amortização de ordem "n";

$n$  = número de ordem da amortização;

$Jn$  = Valor dos juros remuneratórios e prêmio pagos na enésima amortização.

d) as fórmulas acima descritas foram elaboradas a partir do conceito da Tabela Price, de forma a assegurar aos debenturistas amortizações mensais e consecutivas de principal, juros e prêmio. O valor total da parcela é igual mensalmente, apenas acrescido da base de remuneração, sendo que a sua composição é crescente para o principal e decrescente para os juros e prêmio.

#### **14. DATA, PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

A data de subscrição será única para todas as debêntures e será fixada no Anúncio de Início de Distribuição. O preço de subscrição das debêntures será o valor nominal definido no Item 9 da Cláusula III, acima, acrescido da base de remuneração até a data da subscrição, na forma do Item 7 da referida Cláusula III, acima, e dos juros e prêmio, calculados por dias decorridos, desde a data de emissão até a data de subscrição. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

#### **15. NEGOCIAÇÃO**

A Emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures (SND), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA) e operacionalizada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), conforme a Instrução Normativa SRF nº 56/88.

#### **16. JUROS MORATÓRIOS**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a base de remuneração, juros e prêmio na forma estabelecida pela Assembléia que deliberar a Emissão, bem como

a juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As importâncias devidas pela **EMISSORA** por força desta Emissão e colocadas, nos vencimentos, à disposição debenturistas, não sofrerão atualização de seu valor, nem renderão juros remuneratórios ou moratórios, nem prêmios ou base de remuneração.

#### 18. RESGATE ANTECIPADO OU FACULTATIVO

A **EMISSORA** reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data de emissão, por deliberação da Assembléia Geral, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo valor nominal, acrescido da base de remuneração, dos juros e do prêmio devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio.

#### 19. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

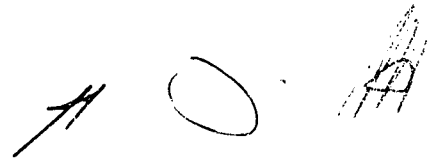
A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao seu valor nominal acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

#### 20. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema.

#### 21. PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário.



## 22. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal "A Notícia", com circulação nas cidades de São José e de Florianópolis.

## 23. VENCIMENTO ANTECIPADO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Emissão e exigir o imediato pagamento, pela **EMISSORA**, do valor nominal acrescido da base de remuneração, de juros e do prêmio, calculados exponencialmente por dias decorridos, deduzidas as amortizações já ocorridas, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

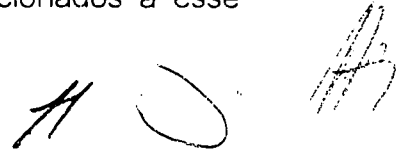
- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- b) intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;
- c) falta de cumprimento, pela **EMISSORA**, de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA**, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA** decorrentes da presente Emissão.

## IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

### 1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relacionados a esse semestre social;





b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social;

c) imediatamente, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, relativa a Emissão;

d) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com idêntica periodicidade do envio dessas informações à CVM.

2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de principal, juros e/ou prêmio, das debêntures, objeto desta Escritura.

3. Submeter, na forma da Lei, suas contas e balanços a exame por empresa de Auditoria Independente, registrada na CVM.

4. Manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

5. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que prestem esse serviço, a fim de assegurar o eficiente tratamento aos portadores das debêntures.

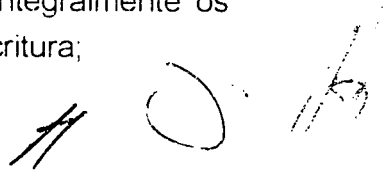
6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

## V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) aceitar a função que ora lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

Handwritten signatures and initials in black ink, including a stylized 'A' and a circular mark.

b) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

c) sob as penas da Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é cometida.

2. Pelo exercício das funções que ora lhe são atribuídas, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** perceberá da **EMISSORA** a seguinte remuneração:

a) Parcelas anuais antecipadas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) vencíveis a primeira no 1º dia do mês seguinte ao da obtenção do Registro na CVM, e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes, até o vencimento da emissão.

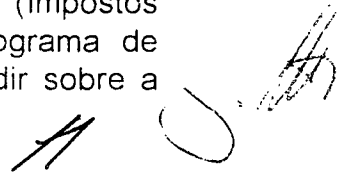
b) As parcelas serão remuneradas pela variação acumulada do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) divulgado pela FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor nominal da debênture, a partir de 01/07/95 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata" dia se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização do IGPM do mês anterior;

c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora;

d) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a



remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá ser, a qualquer tempo, substituído de suas funções por deliberação da Assembléia de debenturistas, na forma da Lei nº 6.404/76, ou por ato da CVM.

4. Nos casos de vacância, a substituição dar-se-á, na forma da Lei, mediante indicação pela **EMISSORA** e aditamento à presente Escritura, devendo a **EMISSORA** comunicar previamente o fato a CVM.

5. Em caso de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a parcela de remuneração, acima fixada, lhe será devida, sendo calculada na proporção dos dias decorridos entre a data de pagamento da última parcela e a data de assinatura do termo que formalizar a substituição.

6. São deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem probo emprega na administração dos próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

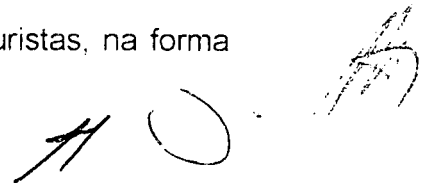
c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões constantes de tais informações;

f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

g) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, na forma da Lei;



h) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

i) elaborar relatório destinado aos debenturistas, o qual deverá conter as informações de que trata o artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76;

j) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços;

l) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;

m) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da Escritura de Emissão, especialmente aquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

n) notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas na presente Escritura, dirigindo comunicação de igual teor à CVM e ao Banco Central do Brasil. Tal notificação, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação em jornal de grande circulação na sede da **EMISSORA** e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de debenturistas; e

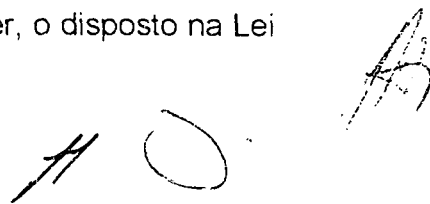
o) outros deveres de que trata a Instrução CVM nº 28/83 e não expressamente consignados nas alíneas anteriores.

## VI - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures da Emissão de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas.

2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, ou pelos debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação e pela CVM.

3. Aplica-se à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a Assembléia Geral de Acionistas.

Handwritten signature and a circular stamp, likely a seal or official mark, located at the bottom right of the page.

4. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. A Assembléia poderá, pelo voto da maioria simples, no mínimo, dos titulares das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures;

6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA, nas Assembléias dos Debenturistas.

## VII - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de São José, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

São José, 10 de agosto de 1995.

<b>RECONHEÇO POR SEMELHANÇA</b>	
A(S) FIRMA(S) <u>Francisco José Grossi</u> <u>Sérgio Nicolau Schwinden</u>	
<u>GRUPO S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL</u>	
EMISSIONA	
FOLIO 1 DE 1	
EM TESTO NA VERDADE.	
<input type="checkbox"/> MARIA A. KOTZIAS - Of. Maior	
<input type="checkbox"/> MARIA H. G. KOTZIAS Escrevente	
<input type="checkbox"/> RIVIO F. R. DANIEL	
<input type="checkbox"/> JAIME NORBERTO DE LIMA	
<input type="checkbox"/> TITO SILVESTRE JUNIOR	
<input type="checkbox"/> MARCELO LUIZ	
<b>OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES</b>	
<b>MOBILIÁRIOS LTDA. - AGENTE FIDUCIÁRIO</b>	

TESTEMUNHAS:

1) [Assinatura]

2) [Assinatura]

6.º Oficial de Notas - RJ

Conferido por:

Valores	R\$ 0,13
Firmas	R\$ 1,34
P. Bados	R\$ 1,47
Total	R\$ 2,94

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1995

Em testemunho da verdade,

Carlos Henrique Lucas da Fonseca

Assessor Jurídico

6.º Oficial de Notas - RJ

Av. Erasmo Braga 255 S/L - Fone: 533-8805 - No 18087-1011

Reconheço por semelhança (firmas de) JOSE ALVARO COSTA DE FREITAS, a qual contém com o poder arquivado em Cartório.